

FHC PROPÕE NOVO IMPOSTO

56

Eraldo Peres/Photo Agência



Fernando Henrique, cercado de prefeitos, agradece ao Congresso pela a CPMF: "Mas agora é o momento para pensarmos do ano que vem em diante"

O presidente Fernando Henrique Cardoso pediu ontem ao Congresso Nacional um plano mais estável de financiamento dos gastos com a saúde e propôs um imposto definitivo para substituir a Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPMF).

"É tarefa que se impõe ainda este ano. E não importa que seja ano eleitoral. Na eleição se trabalha pelo país; então esse ano é o melhor possível para que se discuta a maneira pela qual nós vamos financiar a saúde pública", afirmou o presidente aos 950 prefeitos que estiveram ontem em Brasília receber os certificados de inclusão do Piso de Atenção Básica (PAB). O programa do Ministério da Saúde prevê repasse das verbas para as prefeituras de acordo com o número de habitantes, e não mais pela quantidade de doentes.

A idéia proposta pelo presidente é implantar um imposto pelo qual as pessoas mais ricas sustentariam os gastos dos mais carentes com a saúde. "O imposto é o mecanismo pelo qual as pessoas que têm pagam para as que não têm", disse Fernando Henrique. "Agradeço ao Congresso por nos ter dado a CPMF, mas agora é o momento para pensarmos do ano que vem em diante. Não me venham dizer que basta cobrar dos inadimplentes, porque estamos cobrando como nunca se cobrou neste país", complementou.

ELOGIOS

Para Fernando Henrique, só com um financiamento estável para a saúde será possível fazer planos a longo prazo. O presidente ainda elogiou os trabalhos dos ministros Carlos Albuquerque, da Saúde, Paulo Renato, da Educação, e Raul Jungmann, da Reforma Agrária, que segundo ele estão desenvolvendo uma nova filosofia de administrar, marcada pela descentralização. "Esta é a única maneira pela qual, em uma sociedade plural, diferenciada, com tantas desigualdades regionais e sociais, é possível governar mais próximo do povo", afirmou.

O Piso de Atenção Básica do Ministério da Saúde já tem a adesão de mais de duas mil prefeituras. De acordo com o ministro Carlos Albuquerque, a meta de habilitar outras mil cidades até o final do ano foi cumprida este mês. Até ontem, eram 3.305 as prefeituras já inscritas. Através do PAB, cada municí-

pio brasileiro receberá entre R\$ 10 e R\$ 18 por habitante, para ser investido em saúde.

A burocracia e a pressão dos grupos de interesse, segundo o presidente, são os principais motivos para que as decisões tomadas em Brasília não beneficiem a população dos pequenos municípios. "A ineficiência e o burocratismo são irmãos gêmeos da fraude. E a fraude vai próxima da corrupção. E a corrupção acaba por minar o sistema político brasileiro", afirmou. Fernando Henrique lembrou que as denúncias divulgadas pelos meios de comunicação, apesar de nem sempre serem verdadeiras e atribuírem responsabilidades a quem não as tem, deixam "algo de podre no sistema de governar".

Também foram criticados pelo

presidente aqueles que atacam o sistema de saúde brasileiro. "É demagogia olhar a fila do hospital e não verificar que ela é consequência da falta do posto de saúde e do atendimento através das prefeituras". Segundo Fernando Henrique, só o Piso de Atenção Básica proporcionou um aumento de R\$ 2,3 bilhões nos gastos com saúde.

O presidente também avisou aos opositores que continuará viajando pelo Brasil, apesar das acusações de uso da máquina. "Conheço bem este meu país, andei por ele a vida inteira e continuo andando. Por mais que digam que é por razões pessoais ou eleitorais, na verdade ando por um compromisso pessoal meu, para ver de perto a situação do Brasil", disse.

REAÇÕES

A decisão do presidente de antecipar para este ano a discussão sobre o novo mecanismo de financiamento da área da saúde surpreendeu as lideranças dos partidos da base governista. Com exceção dos líderes do governo no Senado, Elcio Álvares (PFL-ES), e do PSDB na Câmara, Aécio Neves (MG), que estavam na solenidade no Palácio do Planalto, os demais líderes foram informados da decisão pelos jornalistas. Fernando Henrique também não articulou essa sua nova iniciativa com o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), que ontem viajou para Portugal.

A expectativa das lideranças governistas era que o presidente deixasse essa questão para ser decidi-

da em 1999, pois há um certo consenso de que criação de imposto e ano eleitoral não são compatíveis. "É no mínimo delicado essa discussão neste momento", disse o líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão (PI). Ele não admite sequer dar caráter permanente à CPMF.

O líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho (PA), aceita o debate proposto pelo presidente, mas adverte que "uma coisa é a discussão, que precisa ser aprofundada, e outra coisa é a aprovação de um novo imposto ainda este ano".

O líder do governo no Congresso, José Roberto Arruda (PSDB-DF), viu na iniciativa de Fernando Henrique alguma coisa relacionada com a possível ida do senador José Serra para o Ministério da Saúde.